

A Idade das Trevas em Portugal (1496-1759). Língua, Religião e Nação

Prof. Paulo Feytor Pinto



O ano de 1496 marca o início de uma nova relação dos portugueses com a diversidade religiosa, linguística e cultural do seu país. Portugal era então um país multilingue e multicultural que durante os primeiros trezentos anos de independência não tinha tentado contrariar o facto de, além da língua portuguesa, muitos portugueses falarem e escreverem árabe, hebraico ou leonês. Na realidade, a diversidade cultural do país fora uma das causas objectivas do desenvolvimento da expansão marítima portuguesa ao longo do século XV. No entanto, a partir de 1496, de acordo com a lei, os portugueses falantes de hebraico e de árabe foram obrigados a abandonar a sua língua e a sua religião ou o seu país. Em pleno apogeu económico e cultural, Portugal encetou assim o longo e doloroso processo de construção de um estado homogéneo, com uma religião, uma língua e uma cultura – o Estado-Nação. Apesar disso, durante o século XVI manteve-se o uso clandestino de ambas as línguas, tendo mesmo aumentado o número de falantes de árabe na sequência da derrota portuguesa em Alcácer Quibir (1578). Foi também neste século que mais se verificou o recurso à escrita aljamiada, a utilização do alfabeto árabe na escrita da língua portuguesa.

Entretanto, desde finais do século XV, começaram a chegar a Portugal, vindos do sul de Espanha, os primeiros ciganos, falantes das variedades do romani que viriam a ser conhecidas como romanó-caló. Ao longo do século XVI foram decretadas duas ordens de expulsão (1526 e 1538) e três proibições de entrada (1526, 1557

e 1579) de ciganos no país. A partir de 1574, há notícia da adopção de nomes cristãos pelos ciganos, tal como já acontecera com os falantes de árabe e de hebraico. Com o édito de 1496, tornara-se obrigatória a inscrição de todos nos registos paroquiais. Esta obrigatoriedade vigorou até ao século XIX. Por essa via, foi também imposta a todos os portugueses a adopção de nomes cristãos⁸⁴. Se, no caso do árabe e do hebraico, por acção da Inquisição a partir de 1543, terá deixado de haver falantes nativos, no máximo, até à primeira metade dos séculos XVII e XVIII, respectivamente, o mesmo não aconteceu com o romanó-caló, apesar da sucessiva legislação (1647, 1649 e 1708) proibindo o seu uso.

Registe-se, porém, o estudo do hebraico para fins académicos, na primeira metade do século XVI, altura em que também o grego antigo despertava o interesse dos estudiosos chegando o seu conhecimento a ser factor de distinção de prelados, magistrados e médicos.

O desenvolvimento do comércio ultramarino, durante o século XVI, atraiu aos portos portugueses, principalmente Lisboa, Porto, Setúbal, Lagos, Caminha, Vila do Conde e Aveiro, novos falantes de alemão, francês, inglês, neerlandês e, em maior número, de variedades setentrionais italianas. O francês era ainda a língua materna de numerosos professores de Coimbra, e era também utilizada pelos bolseiros portugueses regressados de Paris. No interior do país, os franceses e galegos que aí se estabeleceram rapidamente adoptaram o português. O mesmo aconteceu aos africanos centrados no Algarve e em Lisboa, onde constituíam 10% da população, incluindo os escravos-intérpretes indispensáveis ao comércio ultramarino.

A par da actividade mercantil, os portugueses procuraram cristianizar as populações dos territórios ultramarinos por si

⁸⁴ Ao contrário do que é comumente afirmado, os apelidos que são nomes de plantas e de animais não são apelidos próprios dos portugueses judeus obrigados à conversão. São disso exemplo, os apelidos do conhecido cristão-novo António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) e do conhecido cristão muitíssimo velho Nuno Álvares Pereira (1360-1431).

controlados. Daí emergiu a necessidade de conhecer as suas línguas maternas que justifica a impressão em Portugal do primeiro livro escrito numa língua banta, a *Cartilha da Doutrina Cristã em Língua Congo* (1556). Na mesma altura, surgiram descrições portuguesas de três línguas indianas – o malaiala (1549), o tamil (1554) e o concanim (1556) – e de uma ameríndia – o tupi (1556). Poucos anos depois, foi publicada em português a primeira gramática europeia do japonês (1604-08). Há ainda notícia de uma “mestra de moucos”, em 1563, em Vila Real, indiciando o recurso, em Portugal, a alguma forma normalizada de língua(gem) gestual, enquanto nas terras de Miranda e Ribacoa persistia o uso generalizado de variedades leonesas.

Porém, as línguas dominantes em Portugal, no século XVI, eram o português, o castelhano e o latim. O castelhano era a língua materna de populações da raia meridional, de numerosos mercadores, de muitos professores universitários, especialmente a partir de meados do século, e de parte da corte, consolidando o seu estatuto de língua de prestígio cultural e literário. Durante o governo filipino (1580-1640), o castelhano foi mesmo preponderante na produção literária e livreira do país, mas a restauração da independência provocou o seu abandono durante as últimas décadas do século XVII.

O português, a língua materna da maior parte da população portuguesa, era, no início do século XVI, a língua predominante na comunicação quotidiana, com variedades rústico-plebeias e político-cortesãs, e nos documentos comerciais e administrativos, com uma escrita ainda pouco estruturada, marcada por uma grande variação ortográfica. Foi neste contexto que Fernão de Oliveira publicou, em 1536, a primeira gramática da língua portuguesa, quinta obra europeia do género, seguida da gramática de João de Barros, de 1540. Ambos, aplicando o modelo gramatical latino, propuseram uma norma baseada no registo político-cortesão de Lisboa e Coimbra.

Nos anos seguintes, foram publicadas obras em português, como a *Ásia* (1552) e as *Décadas* (1552-1563), de Barros, a *História de Menina e Moça* (1554), de Bernardim Ribeiro, a *Comédia Eufrosina* (1555), de Ferreira de Vasconcelos, e *Os Lusíadas* (1572),

de Camões, que contribuíram para a latinização lexical e sintáctica do português e para a afirmação do seu estatuto cultural e literário. Com o objectivo de afirmar o prestígio da língua portuguesa e a sua autonomia relativamente ao castelhano, através da aproximação ao latim e da normalização ortográfica, foram publicadas, em 1574, as *Regras que ensinam a Orthographia da Língua Portuguesa – Diálogo em defensam da mesma língua*, de Pêro Magalhães de Gândavo, e, em 1606, a *Origem da Lingoa Portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão.

Apesar disso, entre 1580 e 1640, a preponderância do castelhano em funções de prestígio relegou o português para a condição de língua regional e, a partir de meados do século XVI, por acção da Inquisição e dos Jesuítas, que controlavam todo o ensino formal, a possibilidade de a alfabetização vir a ser feita em português, advogada por João de Barros e outros humanistas, foi definitivamente posta de parte. O latim, cujo domínio se mantinha fraco mesmo entre prelados e nobres, reforçou assim o seu estatuto de língua exclusiva do conhecimento, sendo língua de alfabetização, objecto de estudo no ensino preparatório da universidade e língua veicular dos três níveis de ensino – das aulas e dos compêndios. No espírito da contra-reforma, a edição de textos bíblicos em português foi proibida. Através do ensino do latim, passou-se a controlar e a restringir o acesso à ciência e a todo o saber erudito. Foi neste contexto que foi editado em 1570 e reeditado em 1592 o primeiro *Dictionarium Latino-Lusitanicum et vice-versa*, de Jerónimo Cardoso, e, em 1572, a gramática latina de Manuel Álvares que, até ao século XIX, viria a ter 530 edições em 22 países.

Com a restauração da independência, em 1640, deu-se uma importante alteração nas práticas linguísticas dos detentores do poder político e cultural. Com efeito, a vontade de marcar claramente a total autonomia portuguesa relativamente a Espanha reflectiu-se no rápido abandono do castelhano como língua de cultura e de comunicação internacional. Nestas funções, o castelhano foi substituído, respectivamente, pelo português e pelo francês. Logo em 1679 foi publicada a primeira gramática portuguesa desta língua, a que se seguiram outras no início do século XVIII. Por essa altura, começaram a estabelecer-se no Porto as primeiras firmas e famílias

inglesas ligadas à produção e exportação vinícola. Certamente por isso, foi publicado em 1701, em Londres, o primeiro dicionário inglês-português e português-inglês. Além da proscrição *de facto* do espanhol, manteve-se a proibição do árabe, do hebraico e do romanó-caló. Assim, o ambiente linguístico ficou dominado pelo latim, como língua religiosa e de ensino, e pelo português, em todas as outras funções, incluindo na *Gazeta de Lisboa*, o primeiro periódico regular do país, a partir de 1715.

O latim foi a única língua de todo o ensino, tutelado pelos Jesuítas desde 1555-65, até à primeira metade do século XVIII. Com o país já essencialmente monolíngue e monocultural – um Estado-Nação –, em muito graças ao fogo da Inquisição e ao latim do ensino, começam a aparecer sinais de mudança no ambiente linguístico português. A exclusividade do latim no ensino, em Portugal, foi, no início de 1700, posta em causa pelos Oratorianos que, influenciados pelas novas correntes do pensamento linguístico francês e europeu consagradas na *Gramática Geral e Racional* de Port-Royal, de 1660, advogavam a alfabetização na língua materna, o português, chegando a utilizá-la como veículo de ensino. A discussão em torno da adopção do português como língua de ensino aliada à vontade de as elites intelectuais aperfeiçoarem a língua suscitou preocupações normativas que se concretizariam em duas posições antagónicas. Por um lado, os tradicionalistas, defensores do desenvolvimento da língua baseado na decência das expressões, no culto da retórica e na autoridade dos grandes escritores do passado, e os racionalistas, defensores duma ortografia fonética e do enriquecimento lexical da língua através do aportuguesamento dos novos termos científicos, de acordo com o funcionamento fonético e morfológico do português.

O estrangeirado de origem francesa, Luís António Verney, com o seu *Verdadeiro Método de Estudar*, tornou-se no mais (re)conhecido defensor tanto do ensino em português como da ortografia simplificada e fonética. As duas primeiras edições do seu *Método* foram publicadas, sob pseudónimo, em 1746, em Nápoles. Em 1751, cinco anos depois de terem desembarcado os primeiros

exemplares imediatamente apreendidos pela Inquisição, foi impressa clandestinamente em Lisboa uma terceira edição.

A emergência, na primeira metade do século XVIII, da vontade de desenvolver a língua portuguesa originou a edição de muitos trabalhos de carácter linguístico. O mais importante foi, sem dúvida, o *Vocabulário Portuguez e Latino*, publicado entre 1712 e 1721, por Raphael Bluteau, um inglês de origem francesa. Trata-se do primeiro vocabulário desenvolvido da língua portuguesa que, para cada vocábulo, apresentou informação de carácter filológico, literário, filosófico, científico e/ou técnico.

O fim formal do processo de controlo e homogeneização da sociedade portuguesa, encetado em 1496 e assente na intolerância religiosa e na restrição do acesso ao saber – a idade das trevas portuguesa – deu-se em 1759, ano em que se realizou o último auto-de-fé e em que o português foi adoptado como língua de alfabetização e ensino. Seguiram-se outras medidas no mesmo sentido: abolição da escravatura no actual território português (1761), abolição da discriminação racial (1768) e abolição da pena de morte (1774). A dolorosa construção do Estado-Nação, em Portugal, ficou concluída um século antes de esse ideal político e cultural alastrar pela Europa romântica oitocentista, na sequência da Revolução Francesa. A transformação do Estado numa única nação, tanto no Portugal do antigo regime, como na Europa revolucionária, teve como objectivo o combate à diversidade cultural e linguística interna e teve como instrumento a repressão e a violência.

BIBLIOGRAFIA

Alves, Adalberto (1998). *O Meu Coração É Árabe*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Azevedo, Ávila de (1958). *Política de Ensino em África*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Basham, A. L. (ed) (1997). *A Cultural History of India*. Nova Deli: Oxford University Press.

Braga, Isabel Drumond (1999). *Mouriscos e Cristãos no Portugal Quinhentista. Duas culturas e duas concepções religiosas em choque*. Lisboa: Hugin.

Cabral, Eduardo (2004). Para uma cronologia da educação de surdos. In *Communicare 3. Revista de Comunicação (1ª série)*. Porto: Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas do Porto. pp. 35-53

Cardoso, Simão (1994). *Historiografia Gramatical (1500-1920)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Carvalho, Rómulo de (2001). *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castro, Ivo (1991). *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

Coelho, Adolfo (1995). *Os Ciganos de Portugal. Com um estudo sobre o calão*. Lisboa: Dom Quixote.

Ferronha, António Luís (org). *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda / Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos / União Latina.

Fraser, Angus (1997). *História do Povo Cigano*. Lisboa: Teorema.

Margarido, Alfredo (1985). Le role des juifs dans l'expansion européenne. In *Anals de la 3era Universitat d'Estiu Andorra 84. Fenómens de desigualtats a partir del sigle XIII, 1. Europa enfront dels altre monds*. Andorra: Conselleria d'Educació i Cultura.

Margarido, Alfredo (1990). O incerto reconhecimento das línguas africanas no século XV. In *Estudos Universitários de Linguística, Filologia e Literatura. Homenagem ao Prof. Dr. Sílvio Elia*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Língua e Literatura.

Mattoso, José (dir) (1993-1994). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Oliveira Marques, A. H. de (1995). *Breve História de Portugal*. Lisboa: Presença.

Pinto, Paulo Feytor (2001). *Como Pensamos a Nossa Língua e as Línguas dos Outros*. Lisboa: Editorial Estampa.

Pinto, Paulo Feytor (2008). “Os gajos não falam calão”. O que falam os portugueses ciganos então?. In *Palavras 34*. Lisboa: Associação de Professores de Português. pp. 61-68

Pinto, Paulo Feytor (2010). *O Essencial sobre Política de Língua*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Ramírez-Heredia, Juan de Dios (2001). *Primeiro Manual de Conversación en Romanò-kalò. Angluno Pustik pa Vakeripen Romanò-kalo*. Barcelona: Unión Romani.

Saraiva, António José & Lopes, Óscar (1976). *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Sidarus, Adel (ed). (2001). *Islão Minoritário na Península Ibérica*. Lisboa: Hugin.

Stegagno-Picchio, Luciana (1959). *João de Barros. Diálogo em favor da nossa linguagem, lettura critica dell'edizione del 1540 com una introduzione sulla questione della lingua in Portogallo*. Modena: Società Tipográfica Editrice Modenese.

Swiggers, Pierre (1997). *Histoire de la pensée linguistique*. Paris: Puf.

Thielemann, Werner (ed) (2006). *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a Região do Rio da Prata*. Frankfurt do Meno: Verlag Teo Ferrer de Mesquita.

Verney, Luís António (1965). *Verdadeiro Método de Estudar*. Lisboa: Editorial Verbo.